



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 35/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 13/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS COMPREENDENDO POLÍTICA DE SELEÇÃO DE PESSOAL, MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS, PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, REMUNERAÇÃO ESTRATÉGICA (VARIÁVEL) BENEFÍCIOS E GESTÃO DE DESEMPENHO PARA A PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:.

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Maria Regina de Castro Martins, de que a contratação de serviços especializados para levantamento e depuração dos dados de gestão de pessoal é necessidade de primeira ordem para a administração pública.

A secretaria justifica ainda que a ferramenta tecnológica irá importar dados da escrituração contábil, financeira e administrativa da gestão de pessoas, minerando a base de dados e produzindo painéis de velocidade quanto às evoluções das despesas e receitas aplicadas na folha de pagamento ou na formação de visualizadores de controles, dotando o ordenador de despesas de informações que auxiliem no processo de planejamento e principalmente na tomada de decisões.

A contratação auxiliará no processo de análise e tomada de decisões como prospecções de aposentadores, realização concursos públicos, processos seletivos, terceirização de mão de obra e outros temas atinentes à gestão de pessoal.



Por fim, a Secretária Municipal de Administração justifica que em razão do contexto de busca por modernização da gestão a contratação é de grande relevância estratégica.

Saliente-se que a justificativa veio desacompanhada de documentos comprobatórios. Importante destacar que para a contratação em tela seria conveniente que a gestão elaborasse estudo técnico da situação atual do departamento de recursos humanos da prefeitura e demonstrasse as soluções pontuais que a contratação trará no sentido da resolução de possíveis problemas encontrados e apontados em relatório de estudo técnico.

O Termo de Referência (pág. 16 do Edital) traz a justificativa genérica de que a entrada de em operação dos ativos de transmissão de responsabilidade da Prefeitura de Porto Esperidião, se faz necessária a readequação da estrutura da prefeitura com respectiva adequação quanto ao plano de cargos, carreiras e salários, e implantação de programa de remuneração variável para a alta administração.

O prefeito autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para instauração do procedimento pertinente.

O setor de contabilidade informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da contratação.

Estão anexados três orçamentos fornecidos por empresas do ramo. Em que pese o limite produzido pela especificidade do objeto que está sendo licitado, fazendo que seja restringida a gama de fornecedores, a administração deve, previamente ao certame, realizar ampla pesquisa de preços, consultando fontes que sejam capazes de representar os valores praticados no mercado, não se limitando à obtenção de apenas três orçamentos de fornecedores, em observância à Resolução de Consulta nº 20/2016 do TCE-MT.

O objeto da licitação está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações., como sendo contratação de empresa especializada para a realização de serviços em políticas de recursos humanos e gestão de pessoas compreendendo política de seleção de pessoal, mapeamento de competências, plano de cargos e salários, remuneração estratégica (variável) benefícios e gestão de desempenho.

O Termo de Referência (Anexo I) especifica a descrição do objeto nos itens 1.1, 1.2 e 1.3.

A Lei nº 8.666/93, em seus art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

2



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

No caso, o Termo de Referência sugere as quantidades de horas técnicas que estão sendo contratadas e o valor unitário das mesmas.

O Termo de Referência estabelece que a contratada irá cumprir três etapas de serviços, sendo: estrutura organizacional, pesquisa salarial e políticas de recursos humanos.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

As etapas estão caracterizadas na especificação técnica dos serviços constante no Termo de Referência (Anexo I).

Cada etapa possui prazo de execução específico que ao todo perfaz a quantidade de 60 dias para a executar 100 % (cem por cento) do objeto contratado.

O prazo de vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias, porém o prazo de execução da prestação de serviços é de 60 (sessenta) dias.

O Edital estabelece as obrigações da contratada no que tange à responsabilidade pelo sigilo dos dados, a qualificação dos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços, padrões de qualidade e cumprimento de prazos.

O item 18.9 estabelece que os serviços serão iniciados em um dia após a publicação do extrato do Contrato, dispensando-se a expedição da ordem de serviços.

Estão anexadas as minutas da Ata de Registro de Preços e Minuta dos Contratos, os quais foram analisados.

No caso, o Edital, anexos, Ata, e a minuta de Contrato que compõem o processo, ressalvada a justificativa para a deflagração da licitação que deve ser sanada com análise técnica da situação atual do setor de recursos humanos e apontamento de eventuais problemas que devem ser sanados com a contratação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise, podendo retornar para novo parecer após adequação da justificativa para a contratação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 18 de junho de 2021.



José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - CAB-MT 30412